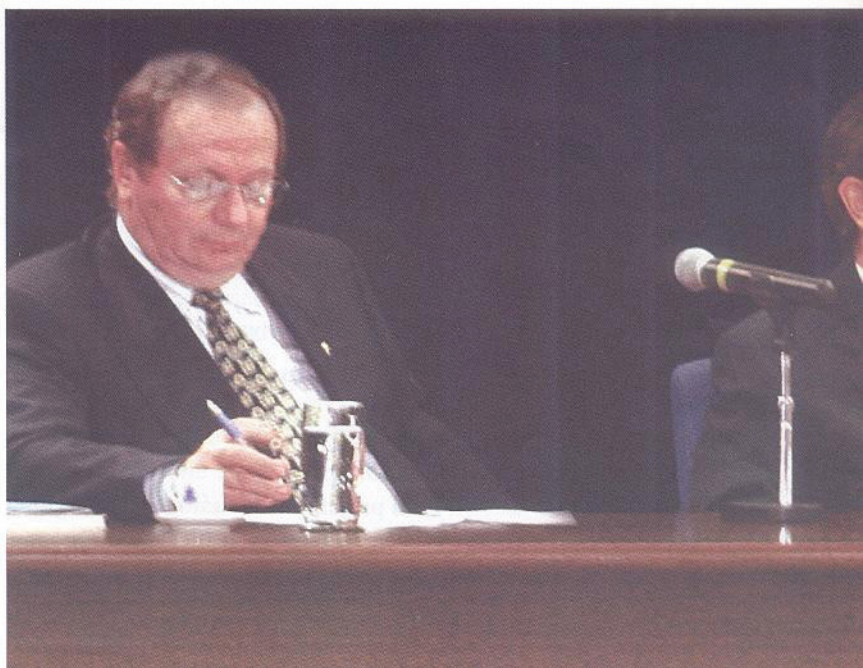


Avanços e desafios na Gestão Privada das Universidades Católicas e a construção do saber em bases científicas e solidárias

Pe. Romualdo Degasperi
Pe. Jesus Hortal
Pe. José Marinoni
Wolmir Therezio

Mesa com os reitores padre José Marinoni,
Wolmir Therezio, padre Jesus Hortal
e padre Romualdo Degasperi

ANDRÉ BORGES





**Padre José Romualdo
Degasperi**

Reitor da Universidade
Católica de Brasília

Em primeiro lugar, muito agradecido pela presença dos três magníficos aqui na nossa mesa. Padre Jesus Hortal é reitor da Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, graduou-se em Direito na Universidade de Salamanca, possui um doutorado em Filosofia e outro em Direito Canônico. É autor de uma série de obras, as quais

não citarei aqui, coleciona comendas, recebidas pelo seu desempenho na reitoria da PUC do Rio de Janeiro. Enfim, é uma pessoa notável, polêmica, haja vista sua atuação nos encontros nacionais. A exemplo, enfrentamentos travados, de forma contundente e precisa, à época das discussões sobre a Reforma Universitária.

Padre José Marinoni, reitor da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande. É formado em Filosofia, Pedagogia e também em Administração de Avaliação Institucional, além do curso de Teologia. É o presidente da Associação Nacional dos Mantenedores das Escolas Católicas do Brasil e membro da diretoria da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas.

Professor Wolmir Therezio Amado, reitor da Universidade Católica de Goiânia, formado em Filosofia com mestrado em História pela Universidade Federal do Goiás. Escritor de vários livros, sendo que um dele, aborda muito precisamente a questão da fé e o diálogo desta com a razão, assunto esse, quem sabe, será suscitado ainda aqui, hoje.

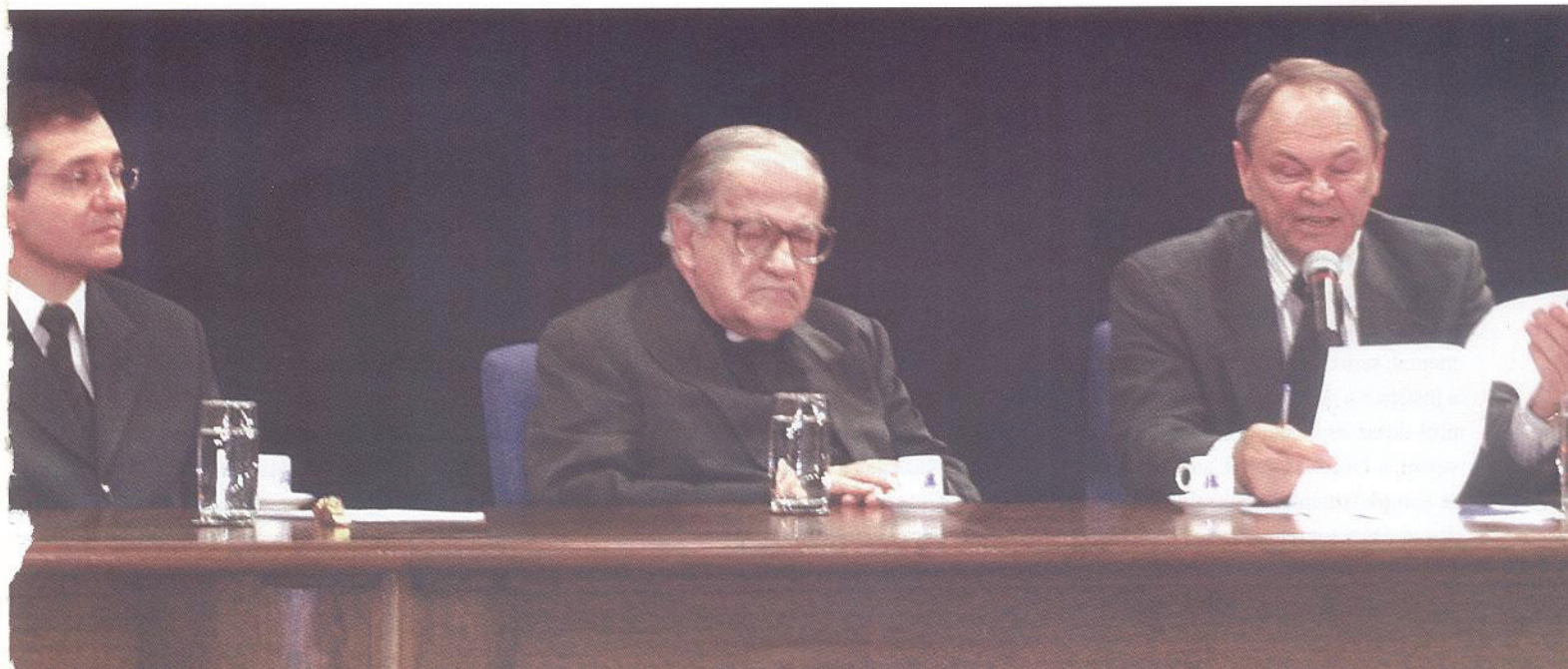
O tema desta mesa tratará exatamente dos avanços, desafios da questão privada nas universidades católicas e da construção do saber em bases científicas e solidárias. O enfoque é exatamente o seguinte – ao reclamar da liberdade científica, baseada na pre-

sunção da objetividade da ciência, reivindica-se o direito de não ser cerceada por ninguém e por nenhum outro motivo. O direito de pesquisar há de ser absoluto, livre e desimpedido. A ciência, na busca do bem-estar e no esforço de curar doenças, é soberana para defender o que deve fazer e como fazer.

A essa presunção do direito de liberdade, se contrapõe o conjunto de valores éticos, morais, religiosos e os direitos fundamentais do ser humano e da sociedade: direito à vida, à dignidade e à cidadania. Em força desses dois pólos, entre si antagônicos, a presunção do direito à liberdade, aos valores inalienáveis naturais e essenciais do ser humano e da sociedade se instala um problema, verdadeiro desafio para a gestão das universidades católicas em busca da construção do saber, em base científica.

As universidades católicas, a par do seu comprometimento com a produção universal do saber, hão de buscar também a sua razão de ser como universidades em missão, isto é, dotadas de um mandato “Ide e ensinai” que imprime às suas ações a mística missionária de uma confissão de fé que professam uma fé cristã.

Como administrar essa antinomia? Esta mesa está convidada a responder este questionamento.





**Padre Jesus Hortal
Sánchez S. J.**

Reitor da PUC-RJ

O Padre Romualdo expôs como problemática central – o desafio da Universidade Católica que, tendo uma identidade própria, consegue mantê-la dentro de um espírito científico e com a participação de todos. Na minha exposição, apropriarei da Constituição Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II, cujo documento contempla questões do tema aqui proposto. Acredito que aquilo que já foi dito não precisa ser reinventado e inicio pelo trecho que refere-se à natureza da Universidade Católica:

“A Universidade Católica distingue-se pela sua livre investigação de toda a verdade, acerca da natureza, do homem e de Deus – com efeito, a nossa época tem uma necessidade urgente desta forma de serviço abnegado que é proclamar o sentido da verdade, valor fundamental, sem o qual extingue a liberdade, a justiça e a dignidade dos homens. Em prol dessa espécie de humanismo universal, a Universidade Católica dedica-se completamente à investigação de todos os aspectos de verdade no seu dese-

jo essencial com a verdade suprema que é Deus. Portanto, ela sem medo algum, empenha-se com entusiasmo em todos os caminhos do saber consciente que é precedido pelo – caminho, verdade e vida.” (Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae – ECE-4)

A Universidade Católica nasceu do coração da Igreja, da própria comunidade católica. Veja o exemplo da UCB, tanta gente se envolveu, tantas congregações contribuíram para a sua construção. É um exemplo muito bonito.

“

*Como todos
somos solidários,
devemos pensar
em conjunto;
eventos como
este são
indispensáveis
como
universidade,
como católica.*

”

Intellige ut credas, crede ut intelligas”. Esta máxima de Santo Agostinho é uma frase tradicional da teologia católica, ou seja, *procure entender; para acreditar, acredite em tua fé para compreenderes a realidade* porque senão só se vê uma parte possível. A fé e a razão estão entre a pregação íntima.

“este convite de Santo Agostinho vale também para as universidades católicas, chamadas a explorar corajosamente as riquezas da revelação e as da natureza, para que o esforço conjunto da in-

teligência e da fé consinta aos homens alcançar a medida plena da sua humanidade, criada à imagem e semelhança de Deus, renovada de maneira mais admirável, depois do pecado, em Cristo, e chamada a resplandecer na luz do Espírito (ECE-5).”

Veja a insistência na verdade total, na abrangência da fé, na impossibilidade de olhar somente o aspecto científico. Eu sou científico, eu sou homem e como homem tenho também fé.

“A Universidade Católica mediante ao encontro que estabelece entre a riqueza insondável de mensagem salvífica do Evangelho e a pluralidade e imensidade dos campos do saber em que aquela encarna, permite à igreja instituir um diálogo de fecundidade incomparável com todos os homens de qualquer cultura; com efeito, o homem vive uma vida digna graças à cultura e encontra a sua plenitude em Cristo, não há dúvida que o Evangelho, atingindo-o e renovando-o em todas as suas dimensões, é também fecundo à cultura, da qual o mesmo homem vive (ECE-6).”

Recentemente, ocorreu um triste e polêmico episódio, onde setores mulçumanos se levantaram contra o Papa Bento XVI porque ele tentou estabelecer um diálogo numa Universidade e abordou aspectos, que não eram próprios deles, e citou um imperador bizantino do século IX.

“Neste sentido, as Universidades Católicas são chamadas a uma contínua renovação, enquanto unidades e enquanto católicas” Este é um ponto importante. Como todos somos solidários, devemos pensar em conjunto; eventos como este são indispensáveis como universidade, como católica.

“Com efeito, “está” em causa o significado da investigação científica e da tecnologia, da convivência social, da cultura, mas, mais profundamente ainda, está em causa o próprio significado do homem”. Tal renovação exige a clara

consciência de que, em virtude do seu caráter católico, capaz de fazer a investigação desinteressada da Verdade – investigação, portanto, que não está subordinada nem condicionada por interesses de qualquer gênero (ECE-7).”

Este trecho demonstra uma vez mais a abrangência do olhar da Universidade Católica.

“Uma vez que o objetivo da Universidade Católica é garantir, em forma institucional, uma presença cristã no mundo universitário serão os grandes problemas da sociedade e da cultura que ela deve possuir, como Católica, as seguintes características essenciais:

1 – uma inspiração cristã não só dos indivíduos, mas também da comunidade universitária, como tal. Inspiração não significa imposição, significa que estar prontos para isso;

2 – uma inflexão incessante, à luz da fé católica, sobre o tesouro consciente do conhecimento humano, ao qual procura dar um contributo mediante as próprias contribuições;

3 – a fidelidade à mensagem cristã tal como é apresentada pela igreja;

4 – o empenho institucional a serviço do povo de Deus e da família humana no seu itinerário, rumo àquele objetivo transcendente que dá significado à vida (ECE-13).”

Estes 4 pontos são fundamentais. Aí é que estão precisamente o que o Padre Romualdo insurge. Há conflitos? Creio que não. Se partimos do conceito de universidade como comunidade que tenta viver comunitariamente, não há conflitos; pode haver reflexão, discussão e até confronto de pontos de vista, mas não há conflitos.

“À luz destas 4 características, é evidente que para além do ensino da investigação e dos serviços comuns a todas as universidades, uma universidade católica, em virtude de seu empenho institucional traz à sua missão a inspiração e a luz da mensagem cristã (ECE-14).”

Numa Universidade Católica, portanto, os ideais, as atitudes impregnam e modulam as atividades, autonomia própria, sendo universidade e universidade católica à qual o cristianismo está presente de modo vital. Acho impossível dizer as coisas melhor do que estão nessa constituição apostólica:

“Ao promover esta integração, a Universidade Católica deve empenhar-se mais especificamente, no diálogo entre a fé e razão de modo a poder ver se encontram na única verdade, conservando embora cada disciplina acadêmica a sua integridade e os próprios métodos. Este



RODRIGO BRANT

diálogo põe em evidência que a “investigação metódica em todo o campo do saber, seja conduzida de modo verdadeiramente científico e segundo as leis morais; nunca pode encontrar-se em contraste objetivo com a fé. As coisas terrenas e a realidade da fé têm, com efeito, origem no mesmo Deus”. A interação vital dos dois níveis distintos de conhecimento da única verdade conduz a um amor maior pela mesma verdade para uma compreensão mais ampla do significado de vida humana e do fim da criação. (ECE-17)”

“Por sua mesma natureza, a Universidade promove a cultura mediante a sua atividade de investigação, ajuda a transmitir a cultura local às gerações sucessivas, através do seu ensino, favorece as iniciativas culturais com os próprios serviços educativos. Ela está aberta a toda experiência humana, disposta ao diálogo e à aprendizagem de qualquer cultura. A Universidade Católica participa neste processo oferecendo a rica experiência cultural da Igreja. Além disso, consciente de que a cultura humana está aberta à Revelação e à transcendência, a Universidade Católica é lugar privilegiado para um frutuoso diálogo entre Evangelho e Cultura (ECE-43)”.

Atualmente, a Igreja não pode simplesmente viver voltada para si mesma, tem que estar em permanente diálogo com a cultura em geral e com a ciência, logo, um diálogo entre fé e ci-

Atualmente, a Igreja não pode simplesmente viver voltada para si mesma, tem que estar em permanente diálogo com a cultura em geral e com a ciência.

ência e fé e cultura. Um campo que interessa de modo especial à Universidade Católica é o diálogo entre pensamento cristão e as ciências modernas, questão colocada inicialmente pelo Padre Romualdo. Essa tarefa exige pessoas preparadas em cada uma das disciplinas e que lhes sejam dadas, conforme a adequada formação teológica para enfrentar as questões epistemológicas entre a fé e a razão. O diálogo refere-se tanto às ciências naturais como às humanas, reflete novos pro-

blemas ético-filosóficos. Aí questionam: por que uma Universidade Católica tem que ter uma faculdade de Medicina? Exatamente para estabelecer a relação entre razão e fé, já dizia o Papa – é com toda a ciência que deve estabelecer o diálogo. Como investigadores da alma humana, devemos tratar a inteligência humana nunca de forma diminuída, mas valorizando a palavra de Deus e pela hierarquia de valores que ela deve prover.

Pluralismo e Fidelidade

- Diversidade de posições ideológicas.
- Presença cristã e testemunho coerente.
- Opção livre na entrada e compromisso de respeito pela instituição.
- Liberdade e Responsabilidade.

Conforme colocou o Pe. Romualdo, podemos ter professores de vários credos na PUC-RJ, há 32 professores judeus. Por outro lado, deve haver uma presença cristã coerente na Universidade, precisando deixar bem claro para quem entrar na Universidade Católica o compromisso de respeito pela Instituição. A Universidade Católica respeita a liberdade acadêmica de seus alunos e professores, mas também pede responsabilidade e respeito pela própria Instituição e por isso proclama também a primazia dos princípios estatutários e disco-profissionais – artigo 8 – Marco Inicial.



Padre José Marinoni

Reitor da Universidade
Católica Dom Bosco/MS

O século XX e o início desse século nos apresentaram e nos apresentam desafios que aí estão. Se olharmos esse período, perceberemos quatro mega projetos. Primeiro, o projeto Manhattan que descobriu a energia nuclear, a radioterapia, mas que também resultou na bomba atômica. Houve o projeto Apollo com a conquista da Lua e do espaço, que representam conquistas significantes. Há, entretanto, pessoas que gastam US\$ 20 milhões para passar onze dias na estratosfera; verba que poderia ter sido repassada para as nossas universidades com destino à pesquisa. O terceiro é o projeto Genoma Humano que objetiva mapear e sequenciar os genes humanos. Por fim, o projeto Informática que nos faz sentir em uma aldeia global *on line*. Esses são os desafios hoje apresentados para nós, não somente como indivíduos, mas também como instituições e estamos em uma instituição católica. O padre Hortal falou muito bem e não sei porque ele não citou o documento 64 “Diretrizes e Normas para Universidade Católica” o qual muito contribuiu

na sua produção. Faço também uma referência à Abesc, cujos presidente e vice-presidente são, respectivamente, o reitor Wolmir e a reitora irmã Débora – Associação que também contribuiu, na tradução para a realidade brasileira, dos documentos pontifícios dos quais falou o padre Hortal.

Insisto na identidade porque, ao se falar dela, entra-se no artigo 21, que trata da responsabilidade em manter e fortalecer a identidade católica na universidade pela fidelidade plena à Igreja e pelo alto nível de qualidade institucional. A quem compete essa tarefa? Fala-se em gestão e em organização,

essa responsabilidade deve ser compartilhada por todos os membros da comunidade universitária, cada qual segundo a sua condição – desde o grão-chanceler, a reitora, o reitor, concretamente, até os acadêmicos, os estudantes, o pessoal técnico administrativo, isto é, se quisermos uma universidade de qualidade e fiel à sua identidade.

É fundamental que haja em uma universidade essa visão, que seja colocada essa problemática. Porque diante de todos os desafios, a quem caberá a última palavra, quando se depara com questões controversas e polêmicas; temas como razão e fé, evangelho e cultura, liberdade científica e soberania da ciência, valores éticos, morais e religiosos e direitos fundamentais do ser humano e da sociedade? Somente aos gestores da universidade, aos paladinos da verdade e aos seus intérpretes fiéis? A resposta é uma só: precisamos de diálogo e de debate e essa semana é uma boa oportunidade. Diálogo e debate que não podem pôr em risco e nem comprometer a fidelidade e a identidade da instituição católica. Isso tem que ficar bem claro. Quem me precedeu foi bem explícito nesta questão.

Quando se fala de ciência, pesquisa e investigação, não se trata de coibir ou de clamar pela exaltação da liberdade e pela autonomia. É necessário reconhecer que a liberdade e a autonomia não podem ser vividas sem solidariedade. Já escreveu alguém: “Temos o dever de saber distinguir as diferenças e reconhecer as hierarquias” e nessa citação vem algo que é muito importante após o debate, após o diálogo, após a nossa participação e intervenção – é a decisão que alguém terá que tomar em uma instituição universitária e, muito mais, em uma instituição católica. O livro editado pelas edições Loyola e pelo Centro Universitário São Camilo “Ética, Ciência e Responsabilidade”, o qual recomendo, em sua introdução, há um artigo, uma apresentação do doutor padre Léo Pessini. Este, fala da ética e ciência como uma aliança para garantir o futuro da vida no planeta. Uma aliança como “razão

*É necessário
reconhecer que
a liberdade e a
autonomia não
podem ser vividas
sem solidariedade.
Já escreveu
alguém.*

as quais constituem desafios para as nossas universidades, diante dessas ameaças contínuas, internas e sobretudo externas, à própria universidade. A quem cabe a responsabilidade frente a esse cenário, com essa conjuntura e com esses quatro mega projetos que revolucionaram e estão revolucionando a nossa vida individual, social e a nossa vida cósmica? Compete, em primeiro lugar, à própria universidade, representada por sua direção e autoridades maiores: grão-chanceler, conselho superior, mantenedora, reitor, conselho universitário e outros. Depois,



ANDRÉ BORGES

e fé, evangelho e cultura, liberdade científica e soberania da ciência, valores éticos, morais e religiosos, e direitos fundamentais do ser humano e da sociedade”, e assim por diante.

Citando agora um pesquisador italiano, no vigésimo aniversário do Centro de Bioética da Universidade Católica do Sagrado Coração em Roma, o ilustre doutor Elio Sgreccia reconhece, percebe e chama atenção que, ao se falar de pesquisa científica, infelizmente, foram ultrapassados alguns princípios fugazes que até agora regulavam-na, citando dois deles. Primeiro, o princípio que proíbe fazer prevalecer os interesses da pesquisa sobre o respeito à vida humana e, o segundo, ultrapassado por alguns, foi o princípio que proíbe fazer experiências com seres humanos, incapazes de dar o seu consentimento para tal. Além do que, só é justificada a pesquisa experimental, desde que esta proporcione um benefício previsível ao próprio sujeito submetido à mesma. Estes dois princípios po-

dem ser utilizados para as demais pesquisas e não só em Bioética. Interessante notar que, apesar da existência de certas responsabilidades comuns, alguns cientistas não as respeitam. Estes dois princípios estão presentes em documentos específicos de caráter internacional, como por exemplo, o código de Helsinki em todas as suas versões; os códigos odontológicos médicos até a última declaração da Unesco – que não foi séculos atrás – mas em 2005, que em seu artigo 6º prescreve: a investigação científica deve ser praticada somente com prévio, livre e explícito consentimento da pessoa submetida. E, a propósito das pessoas que não podem dar seu consentimento, afirma-se que a investigação não deve ser praticada somente para benefício daquele ou daquela que esteja submetido ou submetida à experiência.

Na produção do conhecimento científico, ético e solidário, necessitamos de professores e pesquisadores sinceros, reportando às falas do reitor Wol-

mir e do padre Jesus Hortal. Professores e pesquisadores sinceros, exatos e verídicos que saibam aceitar o fato de que podem existir concepções irreconciliáveis. E o que fazer a essa altura? É preciso aprender a coexistir, mesmo quando não é possível convergir, é necessário o diálogo sadio e determinante. Um diálogo começa a partir do respeito, da estima e do pressuposto de encontrar um lugar compartilhado.

Retomando o escrito por padre Leo Pessini, que diz: “Existem basicamente quatro pontos de vista, quando refletimos sobre ética e ciência, que podemos assim caracterizar: “a ciência tem o direito de fazer tudo o que é possível; a ciência não tem o direito de intervir no processo da vida, pois esse é sagrado; a ciência não tem o direito de mudar as qualidades humanas mais características e a ciência tem o direito de incentivar o crescimento de características humanas de valor e eliminar aquelas que são prejudiciais.” Com esse pensamento ele ratifica que, sem

dúvida, o desafio que se tem pela frente é o de aliar a ética da liberdade científica à ética da liberdade humana. Uma responsabilidade que deve ser assumida e compartilhada por todos.

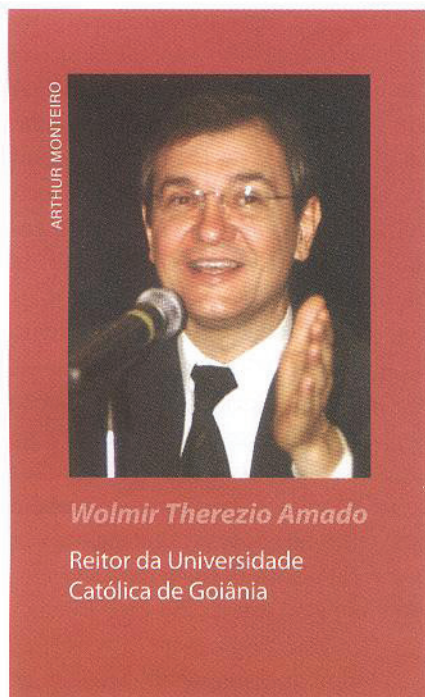
Faço, agora, referência ao filósofo francês Edgar Morin que escreveu seis tomos sobre este assunto, em sua obra “Ciência com consciência” que dizia: “trata-se da consciência moral sem a qual a ciência é apenas ruína da alma e tem a ver com a questão do controle ético e político da atividade científica.” Além disso, Morin afirma “o pensamento científico é ainda incapaz de

se pensar, de pensar sua própria ambivalência, sua própria aventura. Por isso a ciência deve reatar a reflexão filosófica, com a consciência ética.”

Retomando a responsabilidade, encontrei uma citação de Umberto Eco que faço questão de ler: “O progresso material do mundo acicatou minha sensibilidade moral, ampliou minha responsabilidade, aumentou minhas possibilidades, dramatizou minha impotência. Ao fazer-me de mais difícil ser moral, faz que eu mais responsável que meus antepassados e mais consciente, seja mais imoral do que eles. E

minha imoralidade consiste precisamente na consciência de minha incapacidade.”

Rosana Tidon, professora de Biologia aqui da Universidade Católica de Brasília, tem uma citação com a qual faço questão de concluir: “A ciência se interessa pelo tempo, a religião pela eternidade. A ciência estuda como funciona o céu, a religião como ir para o céu.” E eu, como padre, complemento dizendo que todos nós aliando ciência e religião, passamos a andar pelos caminhos da ciência e da religião que nos levam à nossa verdadeira origem.



A reflexão aqui proposta será sob dois eixos. O primeiro é mais à luz do que o padre Jesus Hortal abordou, com a fundamentação documental acerca das universidades. Expor um ponto de vista mais prático das implementações que estão sendo colocadas pelas Universidades Católicas no mundo, na América Latina e no Brasil – as suas acentuações principais, o modo como estão vendo a ciência, implementando e construindo o saber. No segundo, entrar na temática da palestra que é de

fato uma discussão sobre o que é liberdade e autonomia. Como vemos isto, como, em ciência, se pode pensar em autonomia e em liberdade. É uma palavra solta? O que é e como isso se incorpora, como se implementa? Trabalhar-se-á, então, especialmente esses dois eixos de definição.

Quanto ao primeiro, já à luz da fundamentação teórica feita pelo padre Jesus destacam-se três momentos importantes. A começar por aquele acontecido agora, no final de julho e início de agosto, a Assembléia dos reitores das Universidades Católicas do mundo, na Tailândia, onde 250 Universidades, presentes em todos os continentes e filiadas à Fiuc-Federação Internacional das Universidades Católicas foram acolhidas nas pessoas dos seus respectivos reitores. Talvez esta seja a única organização que tenha uma marca, uma representatividade, uma articulação tão forte do ponto de vista internacional.

Há um longo percurso pelo caminho da integração, mas de qualquer maneira essa experiência vivida foi muito fecunda, muito rica. Um encontro com gente de todas as línguas, com muito sotaque e de diversificadas experiências de Universidades Católicas. Cada uma com o seu contorno próprio, com o seu enraizamento cultural, com presença em sua região, em sua etnia; com seu acento em um enfoque educa-

cional, sua prática do exercício científico e com a sua colaboração no desenvolvimento científico, tecnológico e o progresso de seus respectivos países.

Era bonito ver os representantes das Universidades Católicas do Japão, Universidades Católicas das Filipinas e da própria Tailândia. As que não estiveram lá como as cinco Universidades Católicas do Líbano reivindicaram que a próxima assembléia fosse realizada no Líbano, o que não será possível por motivo de guerra e será em Honduras.

Nesse evento, a partilha, o encontro, a vivência e o tema central realçaram muito a conferência: Justiça Internacional. As instituições católicas do mundo querem se empenhar sempre mais com a justiça internacional. Como sub-tema, aprofundou-se a questão das migrações que hoje acontecem não só na Europa como também na América. E se olharmos no Brasil, talvez 40% da população brasileira seja migrante. Se lembrarmos da Campanha da Fraternidade que trazia todos esses dados e as experiências migratórias, muitos de nós viemos de outros estados, de outros lugares. No centro do Brasil é que isso se acentua. Claro que outras são as situações como refugiados de guerra, fome e convulsão social. Todos esses temas foram trabalhados em âmbito internacional e feita uma convocação muito forte às Universidades Católicas – que elas firmem sempre mais seu

compromisso social. Não apenas seu compromisso local, mas partilhem solidariamente e ouçam o grito maior dos povos, das nações, daqueles que mais sofrem, dos excluídos imediatos ou que às vezes estão em continentes, em países ou em povos inteiros excluídos, dos bens, do pão material, do pão da cultura, do pão da inteligência, do pão da ciência. De modo que haja uma convocação muito forte da acentuação das universidades à luz desta fundamentação teórica, desta base doutrinal e desta orientação para as Universidades Católicas numa acentuação para com a justiça internacional.

O segundo momento foca mais as Universidades Católicas na América Latina, onde 54, dentre as quais as do Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Brasil se fizeram representar, num encontro de reitores, em Buenos Aires, atendendo à convocação do Celam (Conselho Episcopal Latino Americano), por intermédio da Universidade Católica da Argentina.

Ainda há duas acentuações que se complementam com aquela de âmbito internacional. A primeira, uma mobilização também aqui no Brasil, cada vez mais intensificada, em preparação para a 5ª Conferência Episcopal Latino Americana, dos bispos da América Latina, já realizada em Medellín, em Puebla e em Santo Domingo, com edição, desta feita, em Aparecida do Norte, com a presença do Papa Bento XVI, na abertura da Conferência.

Portanto, as Universidades Católicas têm que se preparar também para essa Conferência, pois em suas grandes deliberações precisa-se incluir, de forma clara, uma reflexão sobre a universidade. Em Puebla e Santo Domingo, por exemplo, via-se um corpo e, agora, há um instrumento de trabalho, um instrumento base em Aparecida para se fazer as considerações sobre as Universidades Católicas. Percebeu-se que nesse instrumento de trabalho há muito silêncio, o documento está muito pobre e necessário se torna que as Universidades Católicas no continente façam suas propostas, aprimorando-o:

Como elas se vêm para a década seguinte? Para onde caminhar como Universidades Católicas no continente, até 2017, devendo-se ter ao menos uma meta em médio prazo até a realização da 6ª Conferência Episcopal.

Em um grupo onde a maioria era de brasileiros, foi sugerido mais do que um texto – que a educação seja, para a próxima década, uma opção preferencial, uma opção pastoral preferencial. Em Puebla, por exemplo, optou-se pelos pobres e pelos jovens; já em Santo Domingo a chave foi a inculturação. Quem sabe agora poder-se-ia colocar a educação? A educação para o desen-



*A educação
seja, para a
próxima década,
uma opção
preferencial, uma
opção pastoral
preferencial.*



volvimento sustentável, para a justiça internacional, a educação para a inclusão, depois de várias matizes como a educação popular, a das famílias – dilema que se tem como pai e como mãe para educar, a educação para as novas gerações. Gritos maiores pela educação, por parecer que ela não está na agenda nem do continente, nem do Brasil. É só prestar atenção nos presidentes brasileiros para perceber qual o interesse tanto do candidato quanto da população pelo item Educação, no país. Então, que a Igreja consiga chamar atenção fortemente para

essa questão, para que, de fato, isso ganhasse força, visibilidade, pulso e motivação para a próxima década; como uma exigência, inclusive, de soberania de nossas nações e de nossos povos.

Uma outra dimensão, igualmente forte, destacada em Buenos Aires, agora, e em Porto Alegre, no mês de abril, junto aos reitores de todo continente, foi a exigência da cooperação entre as nossas universidades. Às vezes faz-se muitos convênios com universidades de diversos lugares e outras vezes menos entre as universidades irmãs. O que fazer para de fato implementar uma integração? A capacitação docente, pesquisas, a mobilidade estudantil. Estudantes que possam complementar ou fazer um semestre em outras Universidades Católicas, aqui no Brasil ou em outras, no continente. Frequentar um semestre de Geografia ou Direito na universidade do Chile, na Argentina, na Colômbia assim como no Canadá, nos EUA. Que se possa implementar um pouco mais essa questão da mobilidade, especialmente para os cursos de graduação. Talvez no âmbito da pesquisa, da capacitação docente, das práticas de gestão já, em parte, se tenha andado bastante e quem sabe na graduação haja um caminho; algumas equivalências curriculares e também convênios que possam ajudar, uma vez que o estudante já gasta com viagem, alojamento e estada. Se eles tiverem que também pagar taxas, inviabiliza essa mobilidade estudantil. Trata-se de uma acentuação importante apontada pelos reitores como necessidade de aprofundar a integração entre as Universidades Católicas.

No âmbito da pesquisa, em Paris, sede da Fiuc, existe um centro coordenador, cuja finalidade é articular planetariamente as pesquisas entre as Universidades Católicas – um intercâmbio de estudos, integrando-os. É só imaginar, por exemplo, uma pesquisa sobre fertilidade no solo onde a Universidade Católica do Chile, a de Pelotas, a do Centro Oeste e algumas do planeta estejam juntas, trocando idéias. Certamente, que desse conjun-

to sairão resoluções e aprofundamento de respostas científicas, de pesquisas e reformulações muito mais completas. Tem-se, pois, que aproveitar muito mais aquele centro coordenador de pesquisas porque ele tem de fato a capacidade de articular e integrar as nossas diversidades.

Foi encaminhado a esta Universidade (UCB) uma publicação dos endereços das agências de fomentos no Brasil. Dezenas e centenas delas sobre os recursos financeiros dos quais se pode cadastrar os editais de pesquisa. Anexo a esse exemplar, enviou-se também o endereço da Fiuc e essa parte de integração internacional de nossas pesquisas.

No âmbito nacional, há um esforço integrado voltado para a questão das políticas governamentais na educação, de onde surgiram muitos fatos novos. Primeiro que em quatro anos mudou-se três vezes o ministro da Educação, havendo também mudanças significa-

tivas no ponto de vista da gestão, dos procedimentos, da interlocução. Discussões sobre a Reforma Universitária, o programa da Universidade para todos e a questão das cotas raciais. Concentraram os gestores das Universidades Católicas, junto às comunidades universitárias para se posicionarem nisso tudo. O fato é que esses três âmbitos: internacional, continental e nacional são mutuamente complementares e se integram nas preocupações, na direção e nas opções das Universidades Católicas, numa afirmação do compromisso social bastante acentuado.

O segundo fato é uma afirmação da identidade em comunhão com a Igreja, sendo esse o enfoque da Conferência Episcopal Continental e o terceiro fato é o grande desejo de cooperação, especialmente interinstitucional do continente como também do planeta entre as nossas universidades. Respostas efetivas, como Universidades Ca-

tólicas, para que estas não se descaracterizem e, sim, coloquem o modo como se inserirem nas grandes reformas nacionais, no âmbito educacional. Esse é o primeiro horizonte onde se vê um pouco como vem sendo implementado no mundo, na América Latina e no Brasil.

O segundo eixo a ser colocado, é quanto à da liberdade e autonomia no campo da ciência, destacando-se alguns aspectos. Um deles, antes mesmo de falarmos de liberdade e autonomia é tentar dizer o que se entende por ciência – o que é ciência e, depois dela, exercer a liberdade e autonomia.

A ciência, como é sabido, é a construção de um saber que se legitima pela delimitação de um objeto. Por isso há diversidade na criação de nossos cursos. Há que perguntar primeiro qual é o objeto do curso? Um objeto da ciência é composto por muitos aspectos, não um objeto empírico, mas o objeto do saber. Dentro desses, sobressaem-

ANDRÉ BORGES



Intercâmbio do I Rondon – Católica

se especialmente dois pensadores – um é Bachelard e o outro Pomper. São linhas diferentes, mas que parece em parte complementares. Bachelard destacava que um objeto possui uma fronteira epistemológica. Qual é a fronteira desse objeto? Qual é a fronteira entre a Matemática e a Física? Qual é a fronteira entre a Física e a Biologia? Todo objeto precisa de uma fronteira que o delimite, embora ela seja flexível. Bachelard destacava ainda que o saber científico é um saber normatizado, com regras; não é aleatório e possui um tipo de procedimento próprio.

Já Pomper, destacava dois princípios também para a ciência, para a sua composição, para a sua legitimidade. O primeiro era o princípio da probabilidade. Nenhuma ciência é absoluta em si; ela tem probabilidades – até a pílula anticoncepcional tem possibilidades de 4% de não funcionar. O correto da honestidade científica é dizer a probabilidade de funcionamento de uma teoria, onde há o exercício da aplicação de uma técnica. Outro princípio que o pensador colocava na ciência, para a sua legitimidade, era o da falsificabilidade, isto é, dever-se-ia esforçar ao máximo, não para afirmar o que estava como hipótese, mas para tentar negá-la, tentar encontrar todas as variáveis que desmontaria o princípio para ver os pontos frágeis da afirmação. Só pela questão da delimitação do objeto, já se vê que ciência não é uma palavra mágica. Ciência é a construção de um saber que tem certas dobras, certos princípios e certa aplicabilidade, mas tem uma falsificabilidade nele. O saber tem horizontes precisos, tem uma aplicação delimitada e não é uma verdade tomada universalmente sobre todas as coisas. Por isso não há um princípio geral para todas as ciências. É difícil também dizer que há uma ciência, mas há ciências.

O segundo aspecto, quanto à ciência, é que se já não bastasse a questão do objeto, surgiu com os estudos de Foucault enfatizado na obra “As palavras e as coisas” – a questão do objeto em novas ciências, especialmente as

ciências chamadas humanas, aquelas em que o homem é o objeto. Os últimos 100 anos trouxeram também essa questão para a filosofia da ciência, uma vez que surgiram novos problemas para a normatividade e a regulamentação do objeto de uma ciência humana. Qual é a fronteira de uma ciência humana? Como fica seu objeto?

O terceiro aspecto são as confusões que vieram muito acentuadamente se manifestando – fusões mesmo entre ciência e ideologia, em especial na universidade. Às vezes, faz-se um pronunciamento ideológico e não um pronunciamento científico. Afinal,

“Ciência é a construção de um saber que tem certas dobras, certos princípios e certa aplicabilidade.”

aonde vai mesmo uma afirmação científica e aonde vai uma afirmação ideológica ou, talvez, subjetiva de uma questão privada, familiar ou mesmo partidária de uma ideologia? A reflexão sobre as ideologias trouxe tudo isso à tona. Há muitas afirmações ditas científicas que se reivindicam uma liberdade para com a ciência, para às vezes fazerem afirmações ideológicas e não propriamente científicas da investigação científica, mas sim de posicionamentos ideológicos como tal. Talvez haja uma distinção crescente a se ver: o que é uma afirmação ideoló-

gica e o que é uma afirmação científica; uma ideologia com as várias matizes quer como falsa consciência, quer como opção de um grupo, de um conjunto de convicções.

Outro enfoque é a questão da ciência e da ética. O padre Jesus Hortal apontava como marco referencial a da liberdade e da responsabilidade. Será destacada na ética duas dimensões muito marcantes para a ciência. Uma seria a ética que é inerente, intrínseca à ciência; como a ética não é só uma imposição externa, mas uma exigência interna do próprio cientista. Ao fazer ciência, há uma prática ética, por exemplo, com a verdade onde o cientista, o pesquisador tem um compromisso. Portanto, há uma dimensão ética intrínseca ao se fazer ciência. Há também certa gratuidade, generosidade e entrega no processo do fazer científico. Ninguém fica no laboratório 30, 40 anos, a vida inteira pesquisando alguma coisa não apenas pelo salário, não apenas por uma recompensa imediata de sustentação financeira. Resolvido isso, da casa onde morar, da roupa para vestir, dos filhos para criar é claro que se permanece em uma investigação continuada, ao longo de sua vida, num compromisso para com a ciência porque também a ama, se entrega e por ela tem paixão.

Uma outra dimensão importante, intrínseca ao fazer ciência é o desejo do bem. Quando fazemos algo como, por exemplo, inventar um copo é porque quero que fique mais fácil para as pessoas beberem água. O desejo do bem, de ajudar os outros é inerente à ciência. Há uma ética, usando um pouco mais de metodologia para decidir isso, extrínseca à ciência, que se coloca como exigência de responsabilidade para com quem faz ciência, quem pesquisa; aquele que será um profissional, que possui um domínio científico específico.

Uma ética extrínseca é a ciência como emancipação e autonomia de um povo, de um país e de uma humanidade. É claro que também se trabalha a ciência, porque se quer que o

povo ganhe autonomia, fique mais soberano, se emancipe, cresça e se desenvolva. Quando Brasília chegou para ser formada, uma das visões estratégicas de J.K. não era apenas criar uma estrutura governamental. Era também criar universidades, por isso criou a de Goiás, primeira instituição universitária autorizada no Centro-Oeste. Por que se pensou nisso? Porque era preciso que a região ganhasse emancipação, autonomia, crescimento. Não só no ponto de vista da ocupação do território, mas na autonomia cultural, científica e intelectual para formar quadros, formar profissionais, formar gente, um povo autônomo. Do contrário, teríamos apenas o Plano Piloto e não conseguiríamos ter respondido às exigências da marcha para Oeste e a ocupação da região.

Um outro aspecto extrínseco, mas imperativo para a ciência, é o fato de o povo também exigir responsabilidade científica para que essa ciência resolva os problemas inerentes à humanidade. Não é qualquer objeto que se queira pesquisar e, sim, aquilo que a sociedade especialmente espera. Então, se há um problema de AIDS tem que se dar uma resposta a esse questionamento. Não será apenas o Presidente da República ou o reitor, mas serão os homens e mulheres da ciência, os profissionais da área da saúde e outras ciências correlatas que terão de dar respostas efetivas para problemas dramáticos da humanidade. Portanto, a ciência não é aleatória; autonomia sim, mas autonomia com responsabilidade e respondendo às exigências extrínsecas que lhe pedem para pesquisar – algo sim e algo não, algo que lhe seja necessário ou não.

Por fim, a ciência, vista nesse quadro, nesses pressupostos possui autonomia e liberdade, onde se destaca três pontos: o primeiro, a ciência se coloca certa normatividade. Não adianta pessoas de fora dizerem aos físicos como é que a Física tem que ser. Ela é auto-reguladora em si, mas não é soberana nem sobre um país nem sobre um povo. É auto-reguladora do seu inte-

rior, mas não soberana e alheia a qualquer coisa. Nisso é autônoma, mas não é soberana porque há recursos financeiros que viabilizam ou não a prática científica no mundo. Nas diferenças regionais, por exemplo, se tem recursos financeiros, pesquisa-se mais, se não tem pesquisa-se menos. Muitos dos recursos vão para o Rio de Janeiro, São Paulo, exceto aqui para Goiás, por vários fatores. Alguns, pelas condições que temos e outros por opções políticas, evidentemente. O que significa autonomia sem dinheiro, ou, distribuição de dinheiro desigual no Brasil? O que é autonomia? O que é a liberdade

A ciência não é aleatória; autonomia sim, mas autonomia com responsabilidade e respondendo às exigências extrínsecas que lhe pedem para pesquisar.

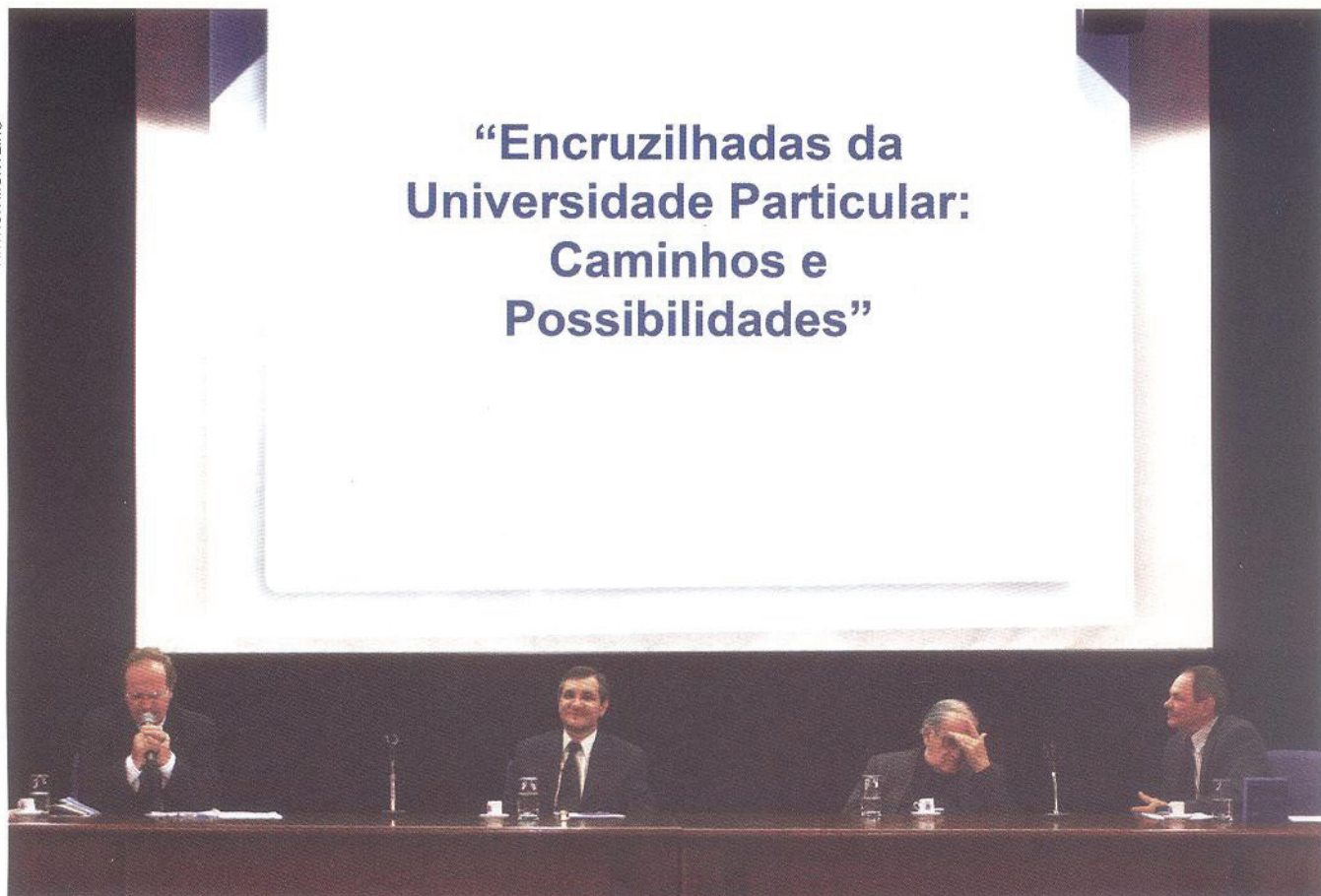
para pesquisar, se não há o recurso; se nossas instituições são pobres, provenientes de regiões pobres? O que é liberdade mesmo? Embora o que não se tenha é uma liberdade discutida nas nuvens, mas incrustada nas relações políticas, sociais e econômicas. O que é a pesquisa no mundo? O Brasil entra com quanto para as inovações científicas do planeta? O que é mesmo discutir autonomia e liberdade no Brasil diante dos outros países, especialmente dos países ricos?

Outro ponto é quanto a opções de estratégias que um país ou uma insti-

tuição pode escolher – mais algumas pesquisas e menos outras. Autonomia também está relacionada à questão das opções da instituição, do povo, da humanidade que optam estrategicamente por necessidades, por intencionalidades; mais para uma pesquisa menos para outra. E é nesse ponto que se discute autonomia e liberdade. Destaca-se também que há sempre um corpo de valores que confere intencionalidade a uma pesquisa. Qual o tipo de pesquisa que fazemos? Qual é a sua intencionalidade? Para a vida ou para a morte? A questão do embrião, dos transgênicos, do meio ambiente e a questão da eugenia. O que é a prática da autonomia e da liberdade diante da intencionalidade conferida a uma ciência? Com certeza uma Universidade Católica não tem dinheiro para construir uma bomba atômica. Ninguém verá o gabinete da reitora ou do reitor liberar um recurso para tal fim, assim como para práticas abortivas. Isso porque não há dinheiro e nem autorização, destinados para essas pesquisas.

Há uma intencionalidade, não uma liberdade e uma autonomia soltas, mas uma intencionalidade, conforme a intenção. Os objetivos da pesquisa são assumidos pela instituição, ou não, bem como a liberdade e a autonomia da prática científica têm subordinações. Não é fazendo qualquer coisa de qualquer jeito. Por exemplo, grande parte das pesquisas, hoje, por determinação legal, estão subordinadas a um comitê de ética em pesquisa, e, especialmente aquelas em seres vivos. Em nossa universidade já há essa prática, não só para pesquisa em seres humanos, mas também para outros seres vivos. Logo chegaremos aos vegetais e as pesquisas continuarão com melancias, mamões, melões com semente, sem semente, transgênico, não transgênico. Claro que um comitê de ética deva ser constituído por pessoas de várias áreas do conhecimento, apreciando os projetos de pesquisa; isso é exigência legal. O projeto de pesquisa não abrange só o cientista, a menos que ele trabalhe em casa, mas do contrário, se

“Encruzilhadas da Universidade Particular: Caminhos e Possibilidades”



ele estiver vinculado a uma instituição, esta também assina o projeto; depende das formas de distribuir as funções, as atribuições em cada universidade. Na nossa, que é um pouco mais centralizada, é o reitor quem assina cada projeto de pesquisa a ser enviado a uma agência de fomentos, além da assinatura do pesquisador. Se o pesquisador falhar o esquema, o reitor é quem responderá. Portanto, há uma autonomia relativa, pois, haverá intervenções deste, não sobre os aspectos internos da pesquisa mas, por exemplo, verificar se o pesquisador usará fósseis ou extinguirá com reservas naturais. Isto porque se o reitor ou a reitora assinam também um projeto de pesquisa, correm risco de também responder perante à justiça, com penas previstas. Há, pois, uma coresponsabilidade nesta ação conjunta: reitor x pesquisador. Outra questão é a do ensinar a ciência, função essa da universidade. Como é que se ensina ciência? Porque há uma responsabilidade. Os alunos cuidarão de pessoas, darão aulas, cuidarão dos hospitais, tratarão doentes em todas as áreas. Então qual é o grau de autonomia?

Por fim, há uma subordinação legal, também da pesquisa e da ciência. Uma subordinação civil, da legislação civil e uma subordinação da legislação canônica, dependendo da forma com que olhamos subjetivamente para algum pesquisador. De uma maneira ou outra, as nossas universidades têm uma opção canônica também, têm uma cosmovisão cristã, por isso a liberdade e a autonomia da ciência nela se enquadra. Fazendo um mal comparado, que autonomia e liberdade se fazem no futebol, ou qualquer outro jogo? Quando jogamos futebol existem várias regras e também um juiz. Faz-se jogadas, com criatividade e com uma liberdade enorme, mas dentro das normas, senão o juiz apita. A ciência é como se fosse um jogo, no sentido lúdico, não o jogo como algo matreiro, mas com o jeito lúdico. Por um lado, você exerce toda liberdade e toda autonomia e, por outro, dentro das regras e das normas com juízes precisos que julgam quando há faltas, quando há gol, escanteio, quando a partida começa ou quando ela termina.

Palavras finais do Padre Romualdo

Não pretendo aqui fazer nenhuma síntese, mas gostaria de chamar a atenção para alguns pontos por mim selecionados:

- Padre Hortal acentuou o respeito à autonomia e à liberdade do investigador, mas por outro lado, o respeito do investigador ao direito à vida, aos direitos fundamentais e aos referenciais da própria instituição.

- Algumas convocações: professor Wolmir convocou para o compromisso com a justiça internacional, para o compromisso apaixonado com a verdade e com o desejo de fazer o bem e fazer bem e, para o compromisso com os imperativos éticos. Finalmente, padre Marinoni convocou para o compromisso com a responsabilidade.

Agradecemos profundamente as presenças do padre Hortal, reitor da PUC-Rio, do professor Wolmir, da Universidade Católica de Goiânia, nossa irmã gêmea e, do padre Marinoni, reitor da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande.